

P2CR Serviços de Informática S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas acompanhadas do relatório do auditor independente nº 23818-038-PB-RM1

Em 31 de dezembro de 2022



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	3
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	6
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Acionistas e Administradores da
P2CR Serviços de Informática S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da P2CR Serviços de Informática S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da P2CR Serviços de Informática S.A. em 31 de dezembro de 2022 o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção ao mencionado na Nota Explicativa nº 2.2, de que a Companhia durante o período de mensuração dos ativos líquidos da FFCUBE Treinamentos Corporativos Ltda., deve reconhecer adicionalmente ativos ou passivos, quando nova informação for obtida acerca de fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria resultado no reconhecimento desses ativos e passivos naquela data. O período de mensuração termina assim que o adquirente obtiver as informações que buscava sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, ou quando ele concluir que mais informações não podem ser obtidas. Contudo, o período de mensuração não pode exceder a um ano da data da aquisição. Nossa opinião não está ressalvada com relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

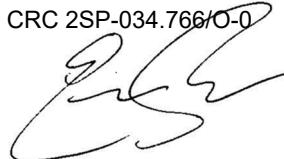
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações contábeis da controlada para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de agosto de 2023

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-034.766/O-0



Emerson Del Vale da Silva
Contador CRC 1SP-237.439/O-9

P2CR Serviços de Informática S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	Notas	Controladora		Consolidado
		2022	2021	2022
ATIVO				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	508.656	792.998	520.919
Contas a receber	7	2.328.827	1.462.566	2.388.896
Impostos a recuperar	8	551.126	6.767	563.312
Adiantamentos	-	261.090	46.159	261.090
Partes relacionadas	9	425.457	-	425.457
Despesas antecipadas	-	16.532	23.973	16.532
Total do ativo circulante		4.091.688	2.332.463	4.176.206
Ativo não circulante				
Partes relacionadas	9	2.127.285	1.518.303	2.207.285
Investimentos	10	117.579	-	-
Imobilizado	11	935.731	938.637	935.731
Intangível	12	3.001.762	2.021.424	3.001.762
Total do ativo não circulante		6.182.357	4.478.364	6.144.778
Total do ativo		10.274.045	6.810.827	10.320.984

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

P2CR Serviços de Informática S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	Controladora		Consolidado
		2022	2021	2022
Passivo circulante				
Fornecedores	13	336.683	379.729	378.879
Partes relacionadas	9	497.957	-	497.957
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	15	1.745.180	1.058.652	1.745.180
Obrigações tributárias	16	418.092	570.021	422.835
Parcelamento de tributos	17	22.877	-	22.877
Passivo de arrendamento	14	234.043	103.140	234.043
Total do passivo circulante		3.254.832	2.111.542	3.301.771
Passivo não circulante				
Partes relacionadas	9	19.926	-	19.926
Parcelamento de tributos	17	89.425	-	89.425
Passivo de arrendamento	14	141.232	467.185	141.232
Total do passivo não circulante		250.583	467.185	250.583
Patrimônio líquido	18			
Capital social		701.843	701.843	701.843
Reservas de lucros		6.066.787	3.530.257	6.066.787
Total do patrimônio líquido		6.768.630	4.232.100	6.768.630
Total do passivo e patrimônio líquido		10.274.045	6.810.827	10.320.984

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

P2CR Serviços de Informática S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	Notas	Controladora		Consolidado
		2022	2021	2022
Receita operacional líquida	19	19.523.016	13.558.072	19.653.377
Custos dos serviços prestados	20	(11.636.083)	(6.685.519)	(11.636.083)
Lucro bruto		7.886.933	6.872.553	8.017.294
Despesas operacionais, gerais e administrativas.	21	(3.255.434)	(754.150)	(3.258.223)
Depreciação e amortização	21	(435.191)	(312.160)	(435.191)
Resultado de Equivalência patrimonial	10	120.917		-
Outras Receitas/(Despesas)	-	(738.276)	-	(738.472)
Total de despesas operacionais		(4.307.984)	(1.066.310)	(4.431.886)
Lucro antes do resultado financeiro		3.578.949	5.806.243	3.585.408
Resultado financeiro	22	44.224	(143.403)	44.081
Lucro antes dos tributos		3.623.173	5.662.840	3.629.489
Imposto de renda e contribuição social correntes	23	(362.091)	(1.680.623)	(368.407)
Lucro do Exercício		3.261.082	3.982.217	3.261.082
Lucro por ação		20,01	24,43	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

P2CR Serviços de Informática S.A.

Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
Lucro do Exercício	3.261.082	3.982.217	3.261.082
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>3.261.082</u>	<u>3.982.217</u>	<u>3.261.082</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

P2CR Serviços de Informática S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Prejuízos acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de lucros retidos		
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (ajustado)	701.843	-	-	-	1.796.585	2.498.428
Lucro do exercício	-	-	-	-	3.982.217	3.982.217
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(2.248.545)	(2.248.545)
Constituição de reservas	-	-	-	3.530.257	(3.530.257)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	701.843	-	-	3.530.257	-	4.232.100
Plano de outorga de opções de ações	-	115.447	-	-	-	115.447
Lucro do exercício	-	-	-	-	3.261.082	3.261.082
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(840.000)	(840.000)
Constituição de reservas	-	-	163.054	2.258.028	(2.421.082)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	701.843	115.447	163.054	5.788.285	-	6.768.629

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

P2CR Serviços de Informática S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício	3.261.082	3.982.217	3.261.082
Ajustados por:			
Depreciação e amortização	490.053	285.067	490.053
Baixa de imobilizado	219.351	-	219.351
Baixa de intangível	78.389	-	78.389
Equivalência Patrimonial	(120.917)	-	-
Provisão para perda	203.338	-	-
Juros sobre arrendamento	82.883	84.886	82.883
Aumento / Redução do ativo			
Contas a receber	(866.261)	(419.235)	(926.330)
Impostos a recuperar	(544.359)	(464)	(556.545)
Adiantamentos	(214.931)	(33.704)	(214.931)
Despesas antecipadas	7.441	11.984	7.441
Aumento / Redução do passivo			
Fornecedores	(43.046)	308.604	(850)
Obrigações tributárias	(151.929)	104.451	(147.186)
Obrigações trabalhistas	686.528	552.222	686.528
Parcelamento de tributos	112.302	-	112.302
(=) Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	3.199.924	4.876.028	3.092.187
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Investimentos	(200.000)	-	-
Aquisição de imobilizado	(519.922)	(539.531)	(519.922)
Aquisição de intangível	(1.245.302)	(767.802)	(1.245.302)
(=) Fluxo de caixa consumido nas atividades de investimento	(1.965.224)	(1.307.333)	(1.765.224)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Partes relacionadas	(516.556)	(1.340.803)	(596.556)
Arrendamentos pagos	(277.933)	(239.832)	(277.933)
Aumento de capital	115.447	-	115.447
Distribuição de dividendos	(840.000)	(2.248.545)	(840.000)
(=) Fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento	(1.519.042)	(3.829.180)	(1.599.042)
Diminuição de caixa equivalentes de caixa	(284.342)	(260.485)	(272.079)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	792.998	1.053.483	792.998
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	508.656	792.998	520.919
Diminuição de caixa equivalentes de caixa	(284.342)	(260.485)	(272.079)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A P2CR Serviços de Informática S.A.(Companhia) tem como objeto social a prestação de serviços de informática, locação, elaboração e desenvolvimento de programas de computadores e softwares customizáveis ou não, suporte técnico em informática, programação, análise de desenvolvimento de sistemas, treinamento gerencial e profissional, tecnologia da informação, processamento de dados, digitação, serviços auxiliares de informática, instalação, manutenção e reparação de máquinas de escritório e de informática, tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet.

A Companhia está registrada no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 18.519.837/0001- 07 e, NIRE – Número de Inscrição de Registro de Companhias nº 35.227.709.739. Está sediada na cidade de São Paulo (SP), na Avenida Marques de São Vicente, nº 2219, 19º andar, Sala 1907 – Várzea da Barra Funda, CEP 05.036-040.

2. Bases de preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

Os itens nestas demonstrações contábeis são mensurados em moeda funcional Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda.

A emissão das demonstrações contábeis foram aprovadas em 08 de agosto de 2023.

2.1. Bases de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações da Companhia e de suas controladas diretas, encerrada na mesma data-base, sendo consistentes com as práticas contábeis descritas nos tópicos da Nota Explicativa nº 3.

A controlada foi consolidada integralmente incluindo as contas de ativo, passivo, receitas e despesas segundo a natureza de cada conta, complementada com as eliminações de: **(a)** saldos de investimentos e do patrimônio líquido; **(b)** saldos de contas correntes e outros saldos integrantes do ativo e/ou passivo mantidos entre as empresas consolidadas; **(c)** receitas e despesas, bem como lucros não realizados, quando aplicável, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as operações da Companhia e da empresa controlada, cuja participação percentual na data do balanço é resumida como segue:

	Tipo de controle	Participação 2022
FFCUBE	Controlada direta	100%

A FFCUBE tem como objetivo social A FFCUBE tem como objetivo social explorar o ramo de Prestação de Serviços de Treinamentos Corporativos, Técnicos e Gerenciais (CNAE 8599-6/04); Serviços de Organização de Eventos, Feiras, Congressos (CNAE 8230-0/01); e Serviços combinados de Escritório e Apoio Administrativo (CNAE 8211-3/00)

2.1.1. Combinação de negócios

Os valores dos investimentos considerados para combinações de negócio, registradas foram as seguintes:

a) FFCUBE Treinamentos Corporativos Ltda. adquirido em 30 de março de 2022

Em 30 de março de 2022 a Companhia assinou o acordo de investimento por meio do qual adquiriu 100% de participação societária da FFCUBE Treinamentos Corporativos Ltda. O controle efetivo da adquirida foi considerado como sendo em 30 de março de 2022, data em que efetivamente a administração passou a ser realizada pela Companhia.

Na cláusula 2.2 do “Contrato de compra e venda de quotas e outras avenças” firmado entre as partes envolvidas nesta, menciona que o valor do investimento inicial para aquisição de 100% das quotas é de até R\$ 200.000.000 (duzentos mil reais) que foram pagos da seguinte forma:

- i) R\$100.000, em 10 de abril de 2022; e
- ii) R\$100.000, em 10 de maio de 2022.

Apresentamos, a seguir, a apuração do valor de *goodwill*, que corresponde à diferença entre o preço de compra pela aquisição de controle da Sociedade adquirida em relação aos valores patrimoniais inicialmente apurados em 1º de janeiro de 2022:

Data da obtenção do controle	30/03/2022
Percentual adquirido	100%
Contraprestação transferida a valor presente	200.000
Valor patrimonial	32.017
Participação ajustada no patrimônio após a integralização (50%)	32.017
Ágio (<i>goodwill</i>)	167.983

O *goodwill* no montante de R\$ 167.983 foi registrado no balanço patrimonial, na rubrica “Intangível” nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, sendo apresentado somada a investimentos no balanço individual.

A avaliação do valor justo será realizada por empresa especializada, contratada pela administração para este fim e o será registrado.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia, nessas demonstrações contábeis estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

3.1. Classificação de Itens circulantes e não circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.2. Instrumentos financeiros ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos financeiros mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e que os termos contratuais do ativo financeiro tiverem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos financeiros dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação-data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (*impairment*).

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo.

3.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas por redução ao valor recuperável (perdas no recebimento de créditos). Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente e ajustado pela provisão para perdas por redução ao valor recuperável se necessária.

3.5. Imobilizado

Os itens do imobilizado são apresentados pelo método do custo, deduzidos da respectiva depreciação. O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação de ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.6. Arrendamentos

Ativo de direito de uso

O custo do ativo de direito de uso corresponde ao valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, mais os custos diretos iniciais incorridos, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos.

Passivo de arrendamento

A mensuração das operações de arrendamentos corresponde ao total de pagamentos futuros de aluguéis fixos, conforme período previsto no contrato firmado entre o arrendador e a Companhia. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa de empréstimo incremental.

Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados com base na taxa de empréstimo incremental, de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

3.7. Intangível desenvolvimento de produtos

Para avaliar se o ativo intangível gerado internamente atende aos critérios de reconhecimento, a Companhia classifica a geração do ativo em:

- Fase de pesquisa; e
- Fase de desenvolvimento.

Para os gastos gerados internamente que estão classificados como na fase de pesquisa a Companhia reconhece estes gastos diretamente no resultado do exercício.

Quando o gasto está classificado na fase de desenvolvimento ele se qualifica para o reconhecimento devido já ser possível identificar que existirão benefícios econômicos futuros.

Softwares

Os softwares são reconhecidos pelo custo, que compreende seu preço de compra mais qualquer custo diretamente atribuível à elaboração do ativo para a finalidade pretendida. Todos os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos dos softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil.

3.8. Redução ao valor recuperável de ativo não financeiro

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de perdas por desvalorização sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por desvalorização é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação da perda por desvalorização, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido perda por desvalorização, são revisados para a análise de uma possível reversão dessa perda na data de apresentação das demonstrações contábeis. Para estas demonstrações contábeis e Companhia concluiu que não existem perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

3.9. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente, quando o efeito for relevante.

3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

3.11. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e
- Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

3.12. Demais ativos, passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

3.13. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação na data das demonstrações contábeis como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado de maneira confiável.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do valor exigido para liquidar a obrigação na data das demonstrações contábeis. Quando o efeito do valor do dinheiro no tempo é material, o valor da provisão é o valor presente do desembolso que se espera que seja exigido para liquidar a obrigação.

3.14. Imposto de renda e contribuição social corrente

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro real e lucro presumido. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

3.15. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.16. Receita de contratos com clientes

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando: **(i)** quando as partes do contrato aprovarem o contrato; **(ii)** quando a Companhia puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens e serviços a serem transferidos; **(iii)** quando a Companhia puder identificar os termos de pagamento; **(iv)** quando o contrato possuir substância comercial; e **(v)** quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

3.17. Julgamento e uso de estimativas contábeis

A preparação de demonstrações contábeis requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis, são:

- a) Prazo e determinação da taxa incremental de arrendamentos;
- b) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) Impairment dos ativos imobilizados, intangíveis e estoques;
- d) Créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação; e
- e) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia.

3.18. Novas normas e pronunciamentos contábeis

Novas normas e pronunciamentos contábeis adotados no exercício corrente

As normas listadas na sequência tornaram-se válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

a) Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da taxa de juros de referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações contábeis quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco.

As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado;

- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de *hedge*, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado; e
- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como *hedge* de um componente de risco.

Essas alterações não impactaram as demonstrações contábeis da Companhia. A Companhia pretende adotar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis.

b) Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2), equivalente ao IFRS 16, sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. A Companhia optou por avaliar as alterações nos contratos como modificação do contrato de arrendamento e não aplicou tal expediente.

Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados

a) Alterações ao CPC 26 (R1) (IAS 1): Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26 (R1) – “Apresentação das Demonstrações Contábeis”, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia se tais alterações terão impacto na prática atual e se os contratos de empréstimos e financiamentos existentes podem exigir renegociação.

b) Alterações ao 23 (IAS 8): Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8, norma correlata ao CPC 23, no qual introduz a definição de estimativas contábeis. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis, nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

c) Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1, correlato ao CPC 26 (R1), e *IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações têm o intuito de ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

Atualmente a Companhia avalia os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

4. Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros

A Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- a) **Recebíveis:** são classificados como recebíveis os valores de numerário em poder da Companhia e depósitos bancários de livre movimentação, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.
- b) **Outros passivos financeiros:** são classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais.
- c) **Valor justo:** os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.
- d) **Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros:** a Administração da Companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de taxas de juros, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

- **Riscos de taxas de juros**

O objetivo da política de gerenciamentos de taxas de juros da Companhia é o de minimizar as possibilidades de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

- **Risco de crédito**

As políticas de vendas consideram o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação da carteira de recebíveis, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas são procedimentos adotados para minimizar eventuais riscos de crédito.

- **Risco de liquidez**

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

- **Gestão de risco de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus quotistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

5. Instrumentos financeiros por categoria

Ativos financeiros	2022				Passivos financeiros	2022			
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	Custo Amortizado	Total	Custo Amortizado	Total		Custo Amortizado	Total	Custo Amortizado	Total
Caixa e bancos	508.656	508.656	520.919	520.919	Fornecedores	336.683	336.683	378.879	378.879
Contas a receber	2.328.827	2.328.827	2.388.896	2.388.896	Passivo de arrendamento	375.275	375.275	375.275	375.275
Total dos ativos financeiros	2.837.483	2.837.483	2.909.815	2.909.815	Total dos passivos financeiros	711.958	711.958	754.154	754.154

Ativos financeiros	2021		Passivos financeiros	2021	
	Custo Amortizado	Total		Custo Amortizado	Total
Caixa e bancos	792.998	792.998	Fornecedores	379.729	379.729
Contas a receber	1.462.566	1.462.566	Passivo de arrendamento	570.325	570.325
Total dos ativos financeiros	2.255.564	2.255.564	Total dos passivos financeiros	950.054	950.054

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
Caixa geral	220	513	220
Banco conta movimento	508.436	792.485	520.699
Aplicações financeiras	-	-	-
Total de caixa e equivalentes	508.656	792.998	520.919

A composição dos saldos refere-se aos valores mantidos em caixa para pagamento de pequenas despesas e saldos bancários em conta movimento são de alta liquidez.

7. Contas a receber

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor nominal e estão demonstrados valores referentes aos títulos e créditos a receber, resultado dos serviços prestados no período nos montantes demonstrados abaixo:

	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2021
Circulante			
Clientes - Mercado Interno	2.328.827	1.462.566	2.388.896
Total de contas a receber de clientes	2.328.827	1.462.566	2.388.896

O *aging* do contas a receber em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão a seguir representado:

Aging de Contas a Receber	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2021
A Vencer	1.999.392	1.348.252	2.059.461
Vencidos de 1 a 30 dias	82.355	45.252	82.355
Vencidos de 31 a 90 dias	108.887	29.032	108.887
Vencidos de 91 a 120 dias	35.482	11.464	35.482
Vencidos de 121 a 365 dias	102.711	28.566	102.711
Vencidos acima de 365 dias	-	-	-
Total contas a receber	2.328.827	1.462.566	2.388.896

Contas a receber por tipo de moeda	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
Reais	2.328.827	1.462.566	2.388.896
Total de contas a receber de clientes	2.328.827	1.462.566	2.388.896

Com base em análise realizada pela Administração, não há necessidade de constituição de provisão para perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa.

8. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
IRRF a recuperar	6.767	6.767	7.095
CSLL retido a recuperar	-	-	204
PIS retido a recuperar	-	-	133
Cofins retido a recuperar	-	-	612
INSS a compensar	-	-	10.520
Simplex a compensar	-	-	389
IRPJ a compensar	397.087	-	397.087
CSLL a compensar	147.272	-	147.272
Total de Impostos a Recuperar	551.126	6.767	563.312

9. Partes relacionadas

A Sociedade possui conta corrente com parte relacionada denominada Contábil 360 EIRELI, com CNPJ nº 31.732.731/0001-55, representada pela rubrica “Partes Relacionadas”, no Ativo Circulante e não circulante e conta corrente com parte relacionada com o sócio Fernando Carbonell representada pela rubrica “Partes Relacionadas”, no Passivo Circulante e não circulante, conforme demonstrados abaixo:

	2022				2021
	Controladora				Controladora
	Partes relacionadas		Partes relacionadas		Partes relacionadas
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Ativo não circulante
360 Eireli	425.457	2.127.285	-	-	1.518.303
Sócio PF	-	-	497.957	19.926	-
Total	425.457	2.127.285	497.957	19.926	1.518.303

	2022			
	Consolidado			
	Partes relacionadas		Partes relacionadas	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
360 Eireli	425.457	2.207.285	-	-
Sócio PF	-	-	497.957	19.926
Total	425.457	2.207.285	497.957	19.926

10. Investimentos

	2021	Aquisição	Equivalência Controladora em 2022	Provisão perda	2022
FFCUBE Investimento	-	32.017	120.917	-	152.934
FFCUBE Goodwill	-	167.983	-	-	167.983
Provisão para perdas	-	-	-	(203.338)	(203.338)
Total	-	200.000	120.917	(203.338)	117.579

11. Imobilizado

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Imobilizado	935.731	938.637
Total	935.731	938.637

Mapa de movimentação de ativo imobilizado

	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Total
Taxas de depreciação	4%	10%	10%	20%	-
Em 31 de dezembro 2020	296.528	21.840	62.334	125.378	506.080
Adições	-	-	1.372	537.659	539.031
Depreciação	(34.802)	(2.623)	(7.471)	(61.578)	(106.474)
Em 31 de dezembro 2021					
Custo	323.906	24.222	70.082	692.213	1.110.423
Dep. acum. e <i>impairment</i>	(62.180)	(5.005)	(13.847)	(90.754)	(171.786)
Valor líquido contábil	261.726	19.217	56.235	601.459	938.637
Adições	-	13.935	1.630	504.357	519.922
Baixas líquidas				(219.351)	(219.351)
Depreciação	(64.781)	(2.888)	(7.171)	(228.637)	(303.477)
Em 31 de dezembro 2022					
Custo	323.906	38.157	71.713	922.381	1.356.157
Dep. acum. e <i>impairment</i>	(126.961)	(7.893)	(21.019)	(264.553)	(420.426)
Valor líquido contábil	196.945	30.264	50.694	657.828	935.731

Em 2022 a Companhia revisou as estimativas de vida útil para os bens do ativo imobilizado, e não existem ajustes a serem efetuados.

12. Intangível

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Intangível líquido	3.001.762	2.021.424
Total	3.001.762	2.021.424

Mapa de movimentação de intangível

	(a) Plataforma franqueador	(b) Performance 1.0 e 2.0	(c) Emissor de nota fiscal	(d) Plataforma contábil	(e) F360 Pessoas	(f) Telemetria e integrações	Softwares	(g) Direito de uso sobre arrendamentos	Total
Taxas de amortização							20%		
Em 31 de dezembro 2020	244.228	171.491	103.033	72.369	166.509	-	15.375	659.210	1.432.215
Adições	32.551	77.128	30.908	224.511	144.771	242.888	16.035	179.935	948.727
Amortização	-	-	-	-	-	-	(220)	(178.373)	(178.593)
Em 31 de dezembro 2021									
Custo	276.779	248.619	133.941	296.880	311.280	242.888	31.410	839.145	2.380.942
Amortização acumulada	-	-	-	-	-	-	(1.210)	(358.308)	(359.518)
Valor líquido contábil 2021	276.779	248.619	133.941	296.880	311.280	242.888	30.200	480.837	2.021.424
Adições	224.192	238.517	-	404.407	53.611	933.713	-	-	1.854.440
Baixas líquidas	(7.091)	(174.955)	-	(482.797)	-	(22.684)	-	-	(687.527)
Amortização	-	-	-	-	-	-	(6.238)	(180.337)	(186.575)
Em 31 de dezembro 2022									
Custo	493.880	312.181	133.941	218.490	364.891	1.153.917	31.410	839.145	3.547.855
Amortização acumulada	-	-	-	-	-	-	(7.448)	(538.645)	(546.093)
Valor líquido contábil 2022	493.880	312.181	133.941	218.490	364.891	1.153.917	23.962	300.500	3.001.762

(a) Plataforma franqueador

Ferramenta voltada ao franqueador parceiro F360, com visualização das informações gerenciais financeiras de franqueados clientes F360 Finanças, a expectativa de início de operações e geração de caixa desta ferramenta é no 2º semestre de 2023.

(b) Vendas e performance

Ferramenta para gestão de vendas, indicadores e comparativos de resultados voltado a comerciantes varejistas, com integração ao sistema F360 Finanças, o produto está finalizado e passando pela etapa de testes no mercado com expectativa de ativação no 1º semestre de 2023 e geração de caixa imediata.

(c) Emissor de nota fiscal

Ferramenta habilitada para emissão de notas fiscais de circulação de mercadorias, de forma eletrônica, com comunicação com os fiscos estaduais, conforme suas legislações e integração com o sistema F360 Finanças, esta ferramenta está passando por melhorias e inclusão de novas funcionalidades e testes, a expectativa de ativação no 1º semestre de 2023.

(d) Plataforma F360 Contábil

Plataforma voltada para comunicação de BPO Contábil com o cliente, utilizando integração com o sistema F360 Finanças, a ferramenta está em processo de desenvolvimento com expectativa de finalização das primeiras funcionalidades no 1º semestre de 2023.

(e) F360 Pessoas

Plataforma voltada à gestão de recursos humanos, como controle de documentação, contratações, pedidos de férias, pedido de benefícios, entre outro, a ferramenta está em processo de desenvolvimento com expectativa de finalização das primeiras funcionalidades no 1º semestre de 2023.

(f) Telemetria e integrações

A Telemetria é um sistema de gestão com tecnologia avançada e abrangente, o qual levanta, armazena e repassa informações privilegiadas, de forma remota. Integrações realiza a interligação do sistema PDV ao módulo de controle financeiro do Sistema de Gestão Empresarial, com esse sistema é possível contabilizar as vendas feitas em tempo real, da mesma maneira, os pagamentos recebidos (podem ser à vista ou a prazo) são atualizados de forma automática no sistema, ambas ferramentas estão em fase final de testes, a expectativa de ativação no 1º semestre de 2023

(g) Direito de uso sobre arrendamentos

A taxa de amortização foi calculada com base no período do contrato de arrendamento, que se refere a sede a Companhia, localizado na Avenida Marques de São Vicente, nº 2219, São Paulo.

13. Fornecedores

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>
Fornecedor Mercado Interno	336.683	379.729	378.879
Total de fornecedores	336.683	379.729	378.879
<i>Aging List de fornecedores</i>			
A vencer em até 3 meses	336.683	379.729	378.879
Total	336.683	379.729	378.879
<i>Contas a receber por tipo de moeda</i>			
Reais	336.683	379.729	378.879
Total de fornecedores	336.683	379.729	378.879

14. Passivo de arrendamento

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Circulante - taxas		
Arrendamentos 6,5% a.a.	271.528	160.109
(-) Ajuste a valor presente	(37.485)	(56.969)
Parcela circulante	234.043	103.140
Não circulante		
Arrendamentos 6,5% a.a.	167.602	507.261
(-) Ajuste a valor presente	(26.370)	(40.076)
Parcela não circulante	141.232	467.185
Total de passivo de arrendamento	375.275	570.325

a) Aging por vencimento:

Por data de vencimento	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Em até 06 meses	117.022	51.570
De 06 meses a 01 ano	117.022	51.570
De 01 a 02 anos	141.231	467.185
Total de passivo de arrendamento	375.275	570.325

Por tipo de moeda	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Reais	375.275	570.325
Total	375.275	570.325

b) Movimentação dos arrendamentos:

	Matriz	Total
Em 31 de dezembro 2020	725.271	725.271
Pagamentos	(239.832)	(239.832)
Juros incorridos (AVP)	84.886	84.886
Em 31 de dezembro 2021	570.325	570.325
Pagamentos	(277.910)	(277.910)
Juros incorridos (AVP)	82.860	82.860
Em 31 de dezembro 2022	375.275	375.275

15. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Salários a pagar	461.704	310.938
Pró-labore a pagar	13.210	-
FGTS a recolher	66.886	38.981
INSS a recolher	187.846	128.104
IRRF sobre salários	177.425	92.662
Contribuição sindical	1.979	-
Férias a pagar	-	10.612
Provisão de férias	725.841	355.440
Provisão encargos sobre férias	110.289	121.915
Total de obrigações sociais	1.745.180	1.058.652

16. Obrigações tributárias

	Controladora e consolidado	
	2022	2021
PIS a recolher	15.202	11.239
Cofins a recolher	70.164	51.876
ISS a recolher	68.297	50.294
IRPJ a recolher	190.969	332.584
CSLL a recolher	70.909	121.890
IRRF a recolher	622	520
CSRF a recolher	1.929	1.618
Total de obrigações tributárias	418.092	570.021

17. Parcelamento de tributos

Em julho de 2022 foi realizado parcelamento simplificado de PIS e Cofins apurados e não liquidados nos anos de 2017 a 2021. O parcelamento foi realizado em 60 parcelas com vencimento inicial em julho de 2022 e final em junho de 2027.

Controladora e consolidado	Impostos	Circulante		Não Circulante	
		2022	2021	2022	2021
Tipo de parcelamento	Parcelados				
Parcelamento simplificado	PIS e Cofins	22.877	-	89.425	-
Total		22.877	-	89.425	-

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano de Vencimento	2022
2024	25.422
2025	25.422
2026	25.422
A partir de 2027	13.159
Total	89.425

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de agosto de 2020, o valor do Capital Social da Sociedade é de R\$ 701.843 (setecentos e um mil, oitocentos e quarenta e três reais e cinquenta e nove centavos), representado por 83.130 (oitenta e três mil, cento e trinta) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, 976 (novecentos e setenta e seis) ações preferenciais Classe A, nominativas e sem valor nominal e 79.870 (setenta e nove mil, oitocentos e setenta) ações preferenciais Classe B nominativas e sem valor nominal, totalizando 163.976 (cento e sessenta e três mil, novecentos e setenta e seis) ações.

Sócios	Ações	%	Valor - R\$
Finanças 360 Participações Ltda.	83.628	51%	357.940
Sputnik Fundo de Investimento em Participações Multiestratégica	80.348	49%	343.903
Total	163.976	100%	701.843

b) Dividendos mínimos obrigatórios

Em 2021, foram distribuídos, a título de Lucros auferidos no período, o R\$ 2.248.545, conforme destinações realizadas pela diretoria da sociedade.

Em 2022, foram distribuídos, a título de Lucros auferidos no período, o R\$ 840.000, conforme destinações realizadas pela diretoria da sociedade.

c) Reserva legal

Constituída com base no artigo 193 da Lei das sociedades por ações (Lei 6404/76) através da aplicação 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social da empresa.

d) Reserva de lucros retidos

Constituída, ao final do exercício, com o saldo remanescente de lucro do exercício após as destinações propostas pela administração.

18.1. Plano de outorga de opções de compra de ações

A Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida no dia 18 de fevereiro de 2021, aprovou o 1º Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações ("Plano" ou "Stock Options"). Este permitirá aos beneficiários que adquiram suas ações a preços específicos, objetivando: (i) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (ii) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos Beneficiários contemplados pelo Plano; (iii) possibilitar à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle atrair e manter a ela(s) vinculados os Beneficiários e incentivar a criação de valor à Companhia; e (iv) compartilhar riscos e ganhos de forma equitativa entre acionistas, administradores e empregados da Companhia.

O Plano será administrado pelo Conselho de Administração, sendo os beneficiários escolhidos e eleitos por ele, a seu exclusivo critério, que celebrarão os Contratos de Opção no qual especificará, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração: (i) a quantidade de Opções objeto da outorga; (ii) termos e condições para aquisição do direito ao exercício das Opções; (iii) o prazo final para exercício das Opções; e, (iv) o Preço de Exercício e condições de pagamento.

As Opções se tornarão exercíveis na medida em que os respectivos Beneficiários permanecerem continuamente vinculados como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob o seu controle, a partir da data de Outorga, considerando o período de *cliff* de 2 anos até os prazos de carência especificados abaixo:

Aos beneficiários aplicam-se os seguintes prazos de carência:

- i) 40% das Opções serão exercíveis após o período de *cliff* de 2 anos da Data de Outorga;
- ii) 20% das Opções serão exercíveis após 3 anos da Data de Outorga;
- iii) 20% das Opções serão exercíveis após 4 anos da Data de Outorga; e
- iv) 20% das Opções serão exercíveis após 5 anos da Data de Outorga.

O Período de *vesting*, inicia-se após findo o período de *cliff*, ou seja, após 2 anos da outorga, em 2022 o montante calculado e registrado de R\$ 115.447 decorrente das outorgas realizadas no período.

19. Receita líquida com vendas

	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
Receita de prestação de serviços	21.948.286	14.507.032	22.078.647
Receita bruta	21.948.286	14.507.032	22.078.647
(-) ISS	(636.484)	(419.357)	(636.484)
(-) PIS	(142.664)	(94.312)	(142.664)
(-) Cofins	(658.449)	(435.291)	(658.449)
(-) INSS (a)	(987.673)	-	(987.673)
(-) Deduções da receita	(2.425.270)	(948.960)	(2.425.270)
Receita líquida de vendas	19.523.016	13.558.072	19.653.377

(a) A variação apresentada nos gastos com INSS ocorreu devido enquadramento na Lei 12.546/2011 no ano de 2022 que desonera a folha de pagamento permitindo o recolhimento de 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha de salários.

20. Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
Salários e ordenados	(5.165.827)	(2.438.319)	(5.165.827)
Serviços de informática/software	(1.040.017)	(1.151.802)	(1.040.017)
INSS	(350.582)	(784.332)	(350.582)
Serviços profissionais	(127.806)	(31.240)	(127.806)
Férias	(831.927)	(428.125)	(831.927)
Assessoria/consultoria	(714.442)	(503.302)	(714.442)
FGTS	(495.242)	(237.247)	(495.242)
13º Salário	(618.283)	(248.102)	(618.283)
Vale-refeição/alimentação	(584.798)	(350.138)	(584.798)
Vale-transporte	(139.617)	-	(139.617)
Assistência médica/odontologia	(754.547)	(420.857)	(754.547)
Bolsa-auxílio e outros benefícios	(812.995)	(92.055)	(812.995)
Total	(11.636.083)	(6.685.519)	(11.636.083)

A variação apresentada nos custos dos serviços prestadores ocorreu devido ao crescimento de aproximadamente 74% no número de colaboradores, bem como revisão anual dos cargos e salários que

foram reavaliados ao longo do período.

21. Despesas

	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
Propaganda e publicidade	(871.690)	(100.255)	(871.690)
Despesas comerciais	(82.633)	(26.501)	(82.633)
Comissões	(19)	(25.661)	(19)
Outras despesas gerais e administrativas	(334.851)	(139.294)	(337.640)
Assessoria jurídica	(285.638)	(64.400)	(285.638)
Ocupação	(213.096)	(84.993)	(213.096)
Software e ferramentas administrativas	(813.916)	-	(813.916)
Prêmio	(216.707)	(289.740)	(216.707)
Treinamento e desenvolvimento	(233.546)	(23.306)	(233.546)
Perdas em investimentos permanentes	(203.338)	-	(203.338)
Total de despesas operacionais gerais e administrativas	(3.255.434)	(754.150)	(3.258.223)

A variação apresentada nas despesas ocorreu devido ao crescimento no número de colaboradores onde cresceu a demanda por ferramentas para administração e investimento em CAC com implementação de governança e compliance na companhia, investimentos acompanhando o crescimento da receita de vendas.

	Controladora e consolidado	
	2022	2021
Depreciação e amortização	(435.191)	(312.160)
Total de depreciação e amortização	(435.191)	(312.160)

22. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
Receitas financeiras			
Juros sobre mútuos	301.022	-	301.022
Rendimento de aplicações	-	18.354	351
Multas ativas	328	12.139	328
Total de receitas financeiras	301.350	30.493	301.701
Despesas financeiras			
Despesas bancárias	(127.632)	(75.016)	(128.124)
Descontos concedidos	(1.172)	(7.323)	(1.172)
Juros e mora	(43.326)	(5.802)	(43.328)
Juros de arrendamento	(82.883)	(78.331)	(82.883)
Multas passivas	(2.113)	-	(2.113)
Perda com aplicações	-	(7.424)	-
Total de despesas financeiras	(257.126)	(173.896)	(257.620)
Resultado financeiro líquido	44.224	(143.403)	44.081

23. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda na controladora é calculado pelo lucro presumido trimestral, já na controlada é calculado com base no lucro presumido apurado na base de 32% de receita bruta mais outras receitas para cálculo do imposto de renda e contribuição social. A alíquota utilizada para o cálculo do imposto de renda é de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10%, consoante legislação específica, e a contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Receita tributável (Lucro presumido) Lucro antes da tributação (lucro real)	3.623.175	14.507.032	3.704.629
Adição (Exclusão) lucro real / Presumido	(2.522.907)	-	(2.522.907)
Base de cálculo			
Lucro presumido - IRPJ	-	4.642.250	26.065
Lucro presumido - CSLL	-	4.642.250	26.065
Outras receitas	-	371.343	351
(=) Base de cálculo - IRPJ	1.100.268	5.013.593	1.126.684
(=) Base de cálculo - CSLL	1.100.268	5.013.593	1.126.684
(x) Aplicação de alíquota do IRPJ - 15%	165.040	752.039	168.988
(+) Adicional - 10% (IRPJ)	98.027	477.360	98.027
(x) Aplicação de alíquotas do CSLL - 9%	99.024	451.224	101.392
(=) Imposto de renda e contribuição social total (i)	(362.091)	(1.680.623)	(368.407)

24. Contingência

A Companhia não possui contingências tributária, civil e trabalhista, cuja possibilidade de perda foi avaliada como risco provável. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus assessores legais externos.

Adicionalmente não há passivos contingentes, cujo risco de perda foi avaliada como possível pelos assessores jurídicos.

25. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

26. Eventos subsequentes

Até o momento da aprovação das demonstrações contábeis anuais não foram identificados eventos subsequentes relevantes após a data-base.

* * *